

PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ÊNFASES E CONDUÇÕES DA (E NA) HISTORICIDADE

Angélica Bort Pierezan ¹

RESUMO

As narrativas históricas sobre as pessoas com deficiência são objeto de reflexão, questionamentos e reverberações nas formas como estas são compreendidas e conduzidas pela sociedade. Está influência reverbera em diferentes manifestações de acordo com o momento histórico e *verdades* de cada tempo. Desta forma, este artigo tem como tema “Pessoa com deficiência: ênfases e conduções da (e na) historicidade”, tendo como objetivo contribuir para a compreensão das formas de tratar a deficiência humana e repercussões de cada momento, culminando com processos contemporâneos de inclusão. Para dialogar, refletir e aprofundar o objetivo proposto neste artigo, a metodologia utilizada é de revisão bibliográfica, e o artigo está dividido em três seções. De acordo com Thoma e Kraemer (2017), a inclusão já foi vivenciada como reclusão, integração e recentemente como direito, mas também como um imperativo de Estado. Sob a perspectiva pós-crítica, com base nos referenciais teóricos de Foucault e seus comentadores a intencionalidade não é emitir juízo de valor, mas compreender as ênfases e conduções em diferentes tempos e contextos relacionados a história da pessoa com deficiência. A forma como a deficiência é compreendida por cada pessoa influencia diretamente na maneira como as pessoas com deficiência são conduzidas ao longo do tempo. Assim, essas pessoas passaram por diferentes momentos históricos e reverberações que podem ser evidenciadas ainda na contemporaneidade. Cada ênfase trouxe contribuições significativas para a repercussão histórica dos discursos produzidos, repetidos e reforçados no contexto educacional. Isso é especialmente evidente ao observar as camadas do processo de inclusão e da condução da vida desses sujeitos, que, por vezes, foram marginalizados e segregados, ora vivenciando o processo de inclusão e o reconhecimento de seus direitos e condições de estar na escola e ser parte dela, ora sendo excluídos desse processo. Assim, o reconhecimento das diferenças, assim como o entendimento da deficiência humana e a inclusão dessas pessoas, será(ão) conquistas construídas diariamente, em busca de versões aprimoradas com diversas possibilidades e expectativas.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência, Historicidade, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que a historicidade da pessoa com deficiência no Brasil não é um momento construído na história de forma linear, onde os acontecimentos possuem continuidade entre um e outro, mas que de certa forma, pode-se observar que há ênfase em determinados acontecimentos, fenômenos educacionais e documentos norteadores de cada época que acabaram delimitando momentos históricos da pessoa com deficiência no decorrer dos anos.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Bolsista FAPESC. E-mail: angelbortt@gmail.com.

Tal história, com tais ênfases reverberaram em diferentes formas de condução da vida das pessoas com deficiência até chegarmos à contemporaneidade e os atuais momentos vivenciados por estes sujeitos através dos princípios da inclusão.

Assim, Thoma e Kraemer (2017) contribuem para a compreensão da inclusão. As autoras destacam a inclusão em três fases e/ou momentos: a inclusão como reclusão; a inclusão com integração e, a inclusão como direito e imperativo de Estado; e para a compreensão da historicidade da pessoa com deficiência se faz primordial o entendimento destas fases e/ou momentos.

Cada uma delas está carregada de significações e subjetividades que acompanharam estes sujeitos e por muitas vezes determinaram suas projeções de futuro em aspectos distintos da vida; mas se faz a ressalva que tais fases e/ou momentos não são marcadas por um período específico de início, assim como de término e os acontecimentos e fenômenos perpassam de uma fase para outra, muitas vezes se complementando, alterando e se reinventando conforme o momento, necessidade e verdades de cada tempo.

Ainda, arrisco mencionar que embora estejamos na Contemporaneidade, alguns acontecimentos e condutas que já foram vivenciados em outras fases anteriores (e até distantes) aos nossos dias atuais, ainda são experienciadas por algumas pessoas com deficiência de acordo com o contexto social de cada uma e resquícios de condutas já superadas, mas que de acordo com o contexto e gatilhos disparados acabam por ganhar determinada ênfase e vivacidade.

Neste contexto, é possível fazer uma apologia a metáfora da casa de Gaston Bachelard utilizada por Veiga-Neto (2012) no texto “É preciso ir aos porões” no qual faz uso da mesma para dissertar sobre a educação; embora de forma tímida e ainda sem tanto empoderamento irei me utilizar da mesma metáfora para contextualizar alguns aspectos da história da pessoa com deficiência no Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de revisão bibliográfica. O percurso proposto para este, se dá através de três capítulos, intitulados: A metáfora da casa; “É preciso ir aos porões” X Será que todos já saíram de lá? e Entre miopias e utopias: o desvelar do sótão, onde subsidiada e inspirada em Veiga-Neto e Thoma e Kraemer, se busca dialogar, refletir e esmiuçar o objetivo traçado.

A METÁFORA DA CASA

Por empréstimo, assim com Veiga-Neto (2012, p. 268) tomo a liberdade de eleger como fio condutor deste texto a metáfora da casa de Gaston Bachelard, este afirma que antes de sermos jogados no mundo, somos acolhidos no interior da casa, esse lócus que é “o primeiro mundo do ser humano” e que, por isso mesmo, transforma-se numa “das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem” (Bachelard, 2003, p. 26).

Nessa perspectiva, é possível indagar, se de acordo com o autor; a casa seria nosso primeiro mundo; como seria o mundo das pessoas com deficiência, como poderíamos realizar a divisão dos cômodos da casa para melhor representa-los? Tal questão merece nossa atenção e respeito pela historicidade envolvida, sem a qual também não seria possível, adaptações e transformações no contexto social, educacional e político, corroborando assim com Veiga-Neto (2012) em sua afirmação:

Mas, mesmo que acolhidos pela casa, corremos sempre o risco de viver bloqueados, viver no alheamento, isto é, alienados no mundo e do mundo. Isso será assim se não soubermos ocupar toda a casa, se nos mantivermos confinados apenas no espaço intermediário, nesse espaço das experiências imediatas em que se desenrola o que chamamos de vida concreta e de realidade. (Veiga-Neto, 2012, p 269).

Desta forma, pode-se assemelhar o piso intermediário ao momento atual da inclusão das pessoas com deficiência: a inclusão como direito e imperativo de Estado, onde através de dispositivos de poder como os documentos norteadores, leis, decretos e uma agenda neoliberal, as pessoas com deficiência estão vivenciando a inclusão em seus contextos sociais e educacionais, cada uma a seu modo e de acordo com suas possibilidades, porém, amparadas e regulamentadas legalmente por seus *direitos conquistados*, Lockmann (2020, p. 70) nesta linha de pensamento pontua e eu acrescento a interrogação: “estar incluído, portanto, é estar numa condição passível de ação governamental”?

Evidentemente! “Por essa vertente, entende-se que garantir o direito à inclusão de todos os sujeitos, seja na escola, no mercado de trabalho, no mundo do esporte, da moda e do consumo, é garantir a possibilidade de que todos se tornem alvo do governo” (Lockmann, 2020, p. 70), ou seja, todos estão incluídos e/ou gerenciados de alguma forma. Ainda conforme a autora, “a inclusão é uma estratégia de governo” (2020, p. 69). Tudo está em seu devido lugar! O que nos inquieta é refletir sobre qual perspectiva?...

A inclusão tem se constituído como um imperativo do nosso tempo! Isso significa dizer que a inclusão se constitui como algo inquestionável, como uma verdade que se impõe a cada um de nós, produzindo efeitos em nossas formas de ser e agir no

presente. A inclusão torna-se, assim, um princípio regulador que incide em nossas vidas, pautando nossas maneiras de nos conduzirmos e de conduzirmos aos outros (Lockmann, 2016, p. 19).

Sendo assim e somente assim, todos habitam e circulam amistosamente pelo piso intermediário da casa; uns acomodados confortavelmente em poltronas com toque acetinado ora outros de forma mais tradicional alocados em cadeiras de madeira, assim como aqueles que ainda não se compreendeu o motivo, mas continuam ali parados, exaustos, em pé.

“É PRECISO IR AOS PORÕES” X SERÁ QUE TODOS JÁ SAÍRAM DE LÁ?

“Racismos (étnicos, religiosos, sexistas, etários) e homofobia são práticas sombrias que têm suas raízes nos porões. Em contrapartida, ali também estão as bases racionais que sustentam a compaixão, o senso de justiça e o respeito à diferença” (Veiga-Neto, 2012, p. 279), Veiga-Neto nos faz refletir sobre o porão da casa por meio destas palavras, assim, entende-se que o porão é o cômodo ou o lugar onde estão contidas nossas raízes, as bases e balizas de nossas crenças, sonhos, aspirações e por que não mencionar medos, frustrações e retaliações.

O ser humano se constitui enquanto sujeito de subjetividades em todos os seus aspectos, através (e principalmente) de seu contexto familiar, sua primeira (e de forma literal) casa. Desta forma, em concordância com Veiga-Neto “sem a casa, o homem seria um ser disperso” (2012, p. 269).

Estas balizas contidas ou que formam o porão acabam por moldar e conduzir o sujeito em suas subjetividades mais intrínsecas, não apenas a um único sujeito, mas a toda a sociedade. Desta forma, pode-se trazer a reflexão: e quando mencionamos as pessoas com deficiência, como poderíamos definir tal porão? De acordo com Thoma e Kraemer, podemos entender

como sendo constituído por regimes de verdade que organizaram e continuam organizando e conduzindo a vida, bem como produzindo modos de se compreender e colocar em prática a educação das pessoas com deficiência a partir de contextos e condições de possibilidades específicas (Thoma; Kraemer, 2017, p. 09).

A historicidade da pessoa com deficiência é marcada por discursos de morte, caridade, padronização, medicalização mas também de direitos; este porão está imbricado de acontecimentos sociais, fenômenos educativos, discursos, práticas e políticas de governo que foram o fio condutor para a contemporaneidade.

Podemos destacar aqui, que tal cômodo da casa poderia ser assemelhado aos dois

primeiros momentos descritos por Thoma e Kraemer (2017) da inclusão, sendo eles: a inclusão como reclusão e a inclusão como integração. As autoras situam o leitor com alguns exemplos de acontecimentos e fenômenos educativos que marcaram tais fases, como por exemplo: a exclusão das pessoas com deficiência por meio da institucionalização das mesmas; amparadas em Alvarez-Uria (2017, p. 24), destacam que através destas instituições “os ‘reclusos’ eram sistematicamente silenciados, sujeitos encerrados e submetidos a toda uma série de rituais que lhes são impostos”, tendo a finalidade de se estar longe aos *olhos* da sociedade.

Para alguns nem esta opção era válida, devido a “N” motivos, mas a citar, com a contribuição de Thoma e Kraemer que para algumas pessoas com deficiência, as famílias optavam por manter “confinadas em espaços específicos do lar, pois as instituições não tinham número suficiente de vagas, além de as primeiras serem destinadas apenas para as pessoas com deficiência do sexo masculino” (2017, p. 24), o que remete ao entendimento que a exclusão era aceita de forma natural.

Ainda, no porão da história da pessoa com deficiência se pode destacar, e corroborando a afirmação acima; a ênfase dada a “Nave dos Loucos”; tal prática condizia aos que eram considerados loucos, de acordo com Dreyfus e Rabinow (2010, p. 3-4) os quais “eram embarcados em navios, enviados pelos rios da Europa em busca de sua sanidade. Confinado em sua nave, o louco era ‘um prisioneiro em meio à mais livre e aberta das rotas’”.

Assim, através destas ênfases históricas reais, pode se realizar a infeliz comparação entre as pessoas com deficiência e o que costumeiramente se tem nos porões das casas: coisas sem utilidade, desnecessárias e desta forma, são deixadas de lado ou até mesmo excluídas, jogadas fora.

Inspirada em Veiga-Neto é que questiono minhas próprias convicções sobre esta historicidade que antes estava obscura ou levemente mascarada por um forte e imponente movimento rumo a inclusão, porém, ao se usar novas lentes analíticas, percebo que:

Trazer do porão para as partes de cima da casa esse caráter contingente das coisas é que nos permitirá praticar um ativismo consequente e (talvez...) transformador, e não simplesmente praticar apenas uma militância obediente aos cânones já pensados e traçados por outros. Ainda que se deva escutar a todos, é preciso praticar a escuta com cuidado, com espírito crítico e cotejando o que dizem com as outras coisas já ditas e que se alojam nos porões dos discursos. Essa será uma maneira de evitarmos as hegemonias e o reino do pensamento único (Veiga-Neto, 2012, p. 280).

Concordo, ainda quando o autor ressalta que,

O que me parece fazer falta é saber de onde vieram e como se engendraram tais opções e convicções. O que falta para muitos de nós é descer aos porões. A imensa maioria

tão somente toma de empréstimo tais opções e convicções, assumindo-as como verdades naturais e, desse modo, não problematizáveis (Veiga-Neto, 2012, p. 276).

Causa-me mais entusiasmo e disposição para continuar refletindo sobre tal temática, ao rever as ênfases dadas nestas fases da inclusão, pois foram marcos necessários para avanços significativos, novos olhares e reverberações.

Ainda, sobre a institucionalização da pessoa com deficiência, Thoma e Kraemer contribuem para a reflexão; “apesar das críticas a essas instituições por afastarem as pessoas com alguma deficiência do convívio social, foi nelas que esse grupo populacional passou a ter o direito à vida, à assistência e à instrução” (2017, p. 24), e posteriormente passou se por outro formato, onde ainda de acordo com as autoras estas foram criadas com “a finalidade de “promover, em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo”” (2017, p. 32), a exemplo, cito a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE também denominadas escolas especiais.

Tais instituições também passaram por nova roupagem, desde sua finalidade e até mesmo práticas e técnicas utilizadas para contribuir no desenvolvimento da pessoa com deficiência por meio da operacionalização de seus serviços, a citar a publicação do livro em 1973, intitulado “Os Três “R” para o retardado (repetição, relaxação e rotina), onde Chamberlain e Moss trazem um acalento através deste folheto aos pais de crianças retardadas uma forma de educa-los, onde citam no capítulo 12, nomeado “Preparando seu filho para a escola”:

Até agora, nos interessamos, principalmente, pelo desenvolvimento de seu filho, pelo modo de ensiná-lo a vestir, a comer, a se pentear, a escovar os dentes, a ter hábitos higiênicos e a falar. Todas essas coisas constituem certa modalidade de educação, pois permitem a seu filho viver no mundo como uma parte desse mesmo mundo. Mas há muitas outras coisas que lhe podem ser ensinadas e que o tornarão um membro bem aceito na comunidade e o prepararão para qualquer programa ou escola de treinamento que lhe seja útil (Chamberlain; Moss, 1973, p.45-46).

Sobre esse cenário de aceitação, porém também de treinamento, se pode evidenciar momentos que perpassaram pela *integração* da pessoa com deficiência, onde Thoma e Kraemer (2017), com quem concordo, destacam uma nova ênfase, sendo,

As práticas desenvolvidas investem no processo de reabilitação do corpo e das aptidões dos alunos. Nesse processo, discursos da ordem da produtividade individual passam a produzir práticas que visavam, na medida do possível, que o sujeito anormal fosse incorporado ao convívio social (Thoma; Kraemer, 2017, p. 39).

Diante a este enfoque, integrar, incluir, treinar, reabilitar e normalizar o anormal foram sinônimos utilizados para tal ênfase, sendo o responsável para o êxito desta prática; o próprio sujeito; conforme salienta Thoma e Kraemer (2017):

Porém, para que se efetive a participação, na lógica da integração, há uma dependência das condições do próprio sujeito: este deve se adaptar aos espaços e tempos pensados para a maioria. Dito de outra forma, compreende-se que todos os espaços escolares podem matricular alunos com deficiência, mas a responsabilidade pela aprendizagem, pelo desenvolvimento cognitivo, social e psíquico é do próprio sujeito (Thoma; Kraemer, 2017, p. 37).

Em outras palavras, a escola abre suas portas para a pessoa com deficiência, porém sem o compromisso de potencializar essa adaptabilidade, o sujeito se torna o condutor, facilitador e protagonista deste processo. Entretanto, como já fiz referência neste texto, os momentos históricos foram marcados por suas ênfases, e está, foi mais uma delas. Ressalta-se ainda, que foi um momento onde se desenvolveu “políticas, planos e legislações que se caracterizam por governar mediante a orientação e a promoção de ações para a participação das pessoas com deficiência na sociedade e na escola” (Thoma; Kraemer, 2017, p. 37).

Ainda, as autoras destacam que “esses movimentos foram molas propulsoras para a política de inclusão escolar das pessoas com deficiência que temos hoje no Brasil, política essa fundamentada no direito de todos à educação” (Thoma; Kraemer, 2017, p. 35). Todos precisam estar controlados pela sociedade e agenda vigente, sendo assim cabe ao Estado tornar estas opções e ações de governo atrativas e sedutoras, mas que imbricadas estão condutas, ordem e disciplinamento.

Mesmo a inclusão sendo excludente, o desvelar deve acontecer diariamente na escola e também nos demais setores da sociedade para que este movimento inclusivo e de reconhecimento das diferenças continue caminhando.

ENTRE MIOPIAS E UTOPIAS: O DESVELAR DO SÓTÃO

Nomear o que fazemos, em educação ou em qualquer outro lugar, como técnica aplicada, como práxis reflexiva ou como experiência dotada de sentido, não é somente uma questão terminológica. As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras (Larrosa, 2002, p. 21).

Escolho esta narrativa para iniciar este tópico devido a sua relevância ao se contemplar o que já foi mencionado até o momento sobre a historicidade da pessoa com deficiência; as palavras e terminologias conduziram momentos, ênfases e vidas.

Marcadas na pele estão as cicatrizes deixadas pelo processo de inclusão destes sujeitos, mas necessário foi para se chegar até o momento atual e os passos percorridos em prol da *sonhada* inclusão. Assim, diante as miopias e utopias do processo de inclusão destes sujeitos na sociedade e ambiente escolar é que assemelho este, ao sótão da casa.

Do piso intermediário, se pode contemplar, sonhar, idealizar e planejar a tão almejada inclusão; que embora tão almejada; é pragmática, desafiadora e de grande responsabilidade transcrevê-la de forma fiel em *palavras*. Porém faço uso da contribuição de Thoma e Kraemer (2017) para brevemente descrevê-la:

Porém, para que se efetive, a inclusão escolar requer a construção de novos currículos – não apenas adaptações, pois estas não mudam nosso olhar e relação com a diferença, com o outro, com o “estranho” ou “anormal”. Além disso, a escola inclusiva não pode ser entendida apenas como um espaço de socialização e de convívio entre as diferenças. É necessário que se assuma o compromisso com a aprendizagem de todos os alunos, o que exige dos professores conhecimento de áreas específicas e uma postura aberta diante dos desafios (Thoma; Kraemer, 2017, p. 93).

Muitas são as reflexões que surgem também por meio da perspectiva hermenêutica, a qual considere relevante a inserção neste, devido a inquietações que provocaram em minha interpretação. Com a contribuição de Kuhn e Arenhart (2023) se possibilita a análise interpretativa do fenômeno aqui citado. Entender que a escola contemporânea não é a mesma de uma década atrás nos remete a ideia de provisoriedade, de entendimento do que era tradição naqueles anos e como a escola precisa “acompanhar” as mudanças nos demais setores da sociedade para não se tornar obsoleta. A escola mudou, o currículo mudou, os professores mudaram e com toda certeza os estudantes acompanharam este movimento. As linguagens que são ensinadas dançam conforme a música e quais são os discursos produzidos e replicados na escola quando se remete a pessoa com deficiência?

Várias são as reflexões e a busca pelo entendimento é constante, pois acredito que respostas corretas se encontraram apenas de forma provisória, apoiada em Veiga-Neto reitero que “sem habitar o sótão e o porão, perderemos boa parte de nossa própria condição humana, pois, enquanto lá no sótão se dão as experiências da imaginação e da sublimação, é lá no porão que estão as raízes e a sustentação racional da própria casa (Veiga-Neto, 2012, p. 269).

Ciente disso, continuo a refletir; qual é e/ou seria o sótão da educação especial na perspectiva da educação inclusiva? A sociedade, e aqui se traz uma ênfase a escola, é pensada

para as pessoas com deficiência? Como as próximas gerações iram relatar a historicidade da pessoa com deficiência do que hoje chamamos de contemporaneidade?

Amparada em Lockmann (2020), se evidencia que na Contemporaneidade,

é possível visualizar o aparecimento de estratégias de governo que não operavam tanto por meio da exclusão dos sujeitos, ou por meio da sua reclusão em instituições de confinamento, mas pela sua inclusão e circulação em diferentes instâncias do tecido social (2020, p. 69).

Desta forma, a inclusão se tornou um forte discurso político! Onde ainda de acordo com a autora, se pensa “a inclusão como imperativo histórico, que como tal, pode assumir facetas distintas em cada época, fortalecer-se ou esmaecer-se, dependendo da racionalidade, das estratégias e das táticas organizadas e privilegiadas em cada período e grupo social (Lockmann, 2020, p. 72); complementando, me apoio em Veiga-Neto para reiterar:

A essas alturas, então, espero que já esteja claro por que recorro às metáforas bachelardianas da casa. É que não considero razoável que alguém limite sua vida apenas ao piso intermediário, autobloqueando os acessos ao porão – onde se enraízam os pensamentos – e ao sótão – de onde se pode voar (Veiga-Neto, 2012, p. 272).

Ainda de acordo com o autor, com quem compadeço de mesma opinião:

Penso que é absolutamente necessária a ocupação, do modo mais completo possível, de todas as dependências da casa onde alojamos as origens do nosso pensamento (o porão), onde desenvolvemos nossas práticas pedagógicas cotidianas (o piso intermediário) e de onde podemos nos lançar para tentar construir outros mundos (o sótão) (Veiga-Neto, 2012, p. 272).

Embora ainda não se obtenha resposta ou solução exequível para a inclusão (e aqui poderíamos listar diversos adjetivos como: sonhada, adequada, ideal, entre tantos outros), o sótão está aí, como mais um cômodo da casa a ser visitado e explorado, assim, como um espaço de miopias e utopias me refiro a ele, como tendo telhado de vidro, onde podemos admirar a vista e a noite contemplar as estrelas, brincar com o formato das nuvens e ter a possibilidade de avistar pássaros mas que ao mesmo passo ficamos à mercê das intempéries do tempo e surpresas e imprevistos que o mesmo traz consigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não esgotar a temática pela sua relevância e riqueza de possibilidade de reflexão e análise, o objetivo deste era convidar para a visita da casa e seus cômodos, esta,

carregada de momentos históricos, subjetividades e significações sobre a pessoa com deficiência e consequentes formas de condução de suas vidas através de tais ênfases.

A deficiência e o entendimento que cada pessoa possui sobre ela marca a forma como as pessoas com deficiência são conduzidas ao longo dos tempos, desta forma, estas tiveram diferentes momentos históricos e reverberações que podem ser evidenciadas ainda na contemporaneidade.

Cada ênfase trouxe consigo relevantes contribuições para a historicidade da pessoa com deficiência, onde através de diferentes lentes analíticas, se identifica com clareza, a repercussão histórica dos discursos produzidos, repetidos e enfatizados no fenômeno educativo em relação a pessoa com deficiência. Principalmente no que tange o desvelamento das camadas que incluem o processo de inclusão e condução da vida destes sujeitos por meio das subjetivações.

Onde por ora foram deixados à parte, segregados, ora vivenciando o processo de inclusão e reconhecimento de seus direitos e condições de possibilidade de estar na escola e ser parte dela e cada um a seu modo pagando o preço desta inclusão. Com tons de provisoriedade, encerro este, ciente que este processo é um círculo vicioso onde sempre se caminhará a uma nova e *melhorada* versão, com distintas possibilidades e expectativas.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, pelo fomento à pesquisa e contribuição na realização deste objetivo.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHAMBERLAIN, H. Naomi; MOSS, Dorothi, H. **Os três “R” para o retardado:** (repetição, relaxamento e rotina). Um programa para o ensino da criança retardada no lar. APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais. São Paulo, Editora Nacional, 1973.

DREYFUS, H. L; RABINOW, P. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porticarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. Ed.re. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

LARROSA, J. B. Notas sobre experiência e saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Autores Associados, n. 19, jan./abr. 2002.

LOCKMANN, Kamila. As reconfigurações do imperativo da inclusão no contexto de uma governamentalidade neoliberal conservadora. **Pedagogia y Saberes**, 52, 2020, p. 67-75. Doi: <https://doi.org/10.17227/pys.num52-11023>.



LOCKMANN, Kamila. *Quando a liberdade se transforma em exclusão: bio(necro)políticas contemporâneas e a precarização da educação inclusiva*. Revista Currículo sem fronteiras. V. 22, e1154, 2022. <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v22.1154>

KUHN, Martin; ARENHART, Livio Osvaldo. Indagação acerca dos sentidos do fenômeno educativo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 61, n. 68, p. 1-24, e-31811, abr./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2023v61n68id31811>

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. **Educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governo**. 1. Ed. Curitiba: Apris, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17 n. 50 maio-ago. 2012.